



Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ



Publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, de acordo com a Lei Municipal n.º 1070, de 02/07/2001

ANO X - DIÁRIO OFICIAL NÚMERO 2083

SUPLEMENTO

Ji-Paraná (RO), 9 de junho de 2015

SUMÁRIO

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.....PÁG. 01

ATAS REGISTROS DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 030/SRP/CGM/2.015.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/CPL/PMJP/15.
PROCESSO: nº 1-5190/2015.
LEGALIDADE: Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal n. 3522/14.

Finalidade do Registro de Preços: Futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de pneus, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, conforme **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 78/CPL/PMJP/2015**, por um período de 12 (doze) meses.

Empresas Detentoras do Registro: **FOX PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.983.300/0005-50, situada na Av. Transcontinental, 2444, Casa Preta - Ji-Paraná/RO, neste ato representada pela Sra. **Daniele Chaga Machado**, brasileira, solteira, Gerente, portadora do RG 467377 SSP/AC e CPF 002.629.212-27, residente e domiciliada na Av. Guaporé, 6035, Bairro Rio Madeira - Porto Velho/RO, fone: (69) 3421-2711 e-mail: licitacao@redefox.com.br (fls. 102/103) e **JAPURÁ PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.214.987/0007-93, situada na Rua Raimundo Cantuária, 3511, Bairro Nova Porto Velho - Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Sr. **Eduardo Gomes Barbosa**, brasileiro, solteiro, portador do RG 453.348 SSP/RO e CPF 421.869.602-06, residente e domiciliado na Rua Sol, 302, Bairro Areal da Floresta - Porto Velho/RO, fone: (69) 8114-0781 e-mail: eduardogomes@japura.com.br (fls. 86).

Aos oito (08) dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, às 16 horas e 35 minutos na sala da Controladoria Geral do Município da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada à Av. Dois de Abril, 1701 - Bairro Urupá - Ji-Paraná-RO, neste ato representado, conforme determina o art. 14, parágrafo único do Decreto nº 3522/14: Elias Caetano da Silva, Controlador Geral Município, aprecia e determina a lavratura da presente Ata de Registro de Preços sob n.º 030/SRP/CGM/2.015, tendo como licitante homologada e adjudicada às empresas acima qualificadas. Tendo os presentes acordado com a classificação, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme Termo de Referência/Anexos, fls. 04/10; Cotação de Preço, fls. 14/21; Aviso e Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 0078/CPL/PMJP/15 e Anexos fls. 26/60; Parecer Jurídico nº 714/PGM/PMJP/2015, fls. 61; Publicações, fls. 62/69; Retirada de edital, 70/72; Propostas, fls. 73/78, Habilitação, 79/115, Resultado por fornecedor, fls. 117; Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 078/2015-CPL/PMJP/RO, de 22/05/15, fls. 118/1142; Parecer Jurídico nº 775/PGM/PMJP/2.015, fls. 143/144; Termo de Homologação do Pregão Eletrônico nº 0078/2015, fls. 145/149.

1 - DO OBJETO:

1.1 - Registro de Preço para futura e eventual aquisição de pneus com e sem câmaras de ar e protetores de pneus, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com período de consumo previsto por 12 (doze) meses, conforme Edital de Licitação, fls. 26/60.

1.2 - As aquisições decorrentes do objeto da Ata de Registro de Preços serão requeridas pela unidade orçamentária requisitante, que atuará as solicitações em processo administrativo devidamente identificado, e encaminhadas, em seguida, para Controladoria Geral do Município;

1.2.1 - As requisições serão encaminhadas à Controladoria Geral do Município, contendo: Descrição do material requisitado e quantidade; Consumo médio mensal e quantidade existente em estoque; Assinatura do requisitante e do ordenador de despesa.

2 - DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

2.1 - A Controladoria Geral do Município em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, fac-símile, e-mail, desde que: Seja perfeitamente identificada a requisição e o servidor responsável pela mesma; O servidor da Secretaria de origem, competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado para acompanhar a execução da Ata.

3 - DO CONTROLE DAS REQUISIÇÕES:

3.1 - Ao receber as requisições a Controladoria Geral do Município anotar o pedido no controle de requisições;

3.2 - O executor da Ata fará as recomendações necessárias aos órgãos com vistas ao cumprimento dos prazos de requisições, pagamento, atesto ordem de liquidação, de acordo com o art. 5º, § 3º da Lei Federal 8.666/93.

4 - DA REVISÃO DE PREÇOS:

4.1 - Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis no prazo de vigência desta Ata, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II, e §6º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993. Os preços poderão ser revistos, por solicitação expressa da detentora do Registro de Preços, devidamente dirigida e protocolada diretamente na Controladoria Geral do Município;

4.2 - A solicitação de revisão de preços deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da necessidade de revisão de preços, a qual deverá ser aceita pela Controladoria Geral do Município, quando for o caso. Em não sendo aceito o pedido de revisão de preços, manter-se-á o último valor registrado.

4.2.1 - Só serão admitidas revisões de preços a níveis superiores à cotação inicial desde que efetivados para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente proposto.

4.2.2 - A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no Diário Oficial do Município.

4.3 - O pedido de revisão, não isenta a DETENTORA de posse da nota de empenho, de dar continuidade às entregas nas condições anteriores.

4.4 - A análise para deferimento ou indeferimento da alteração solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela autoridade

competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4.5 - Em qualquer caso, o percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da Ata de Registro de Preços, devidamente apurado, e os propostos pela Detentora do Registro, será mantido durante toda a vigência do Registro.

5 - DOS PRAZOS, LOCAIS DE ENTREGA E DA GARANTIA:

5.1 - A Contratada terá 03 (três) dias úteis, contados da convocação, para retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

5.1.1 - Os objetos deverão ser entregues no Almoarifado Central, localizado na Rua JAMIL Pontes, 1171, bairro Jardim dos Migrantes - Ji-Paraná/RO. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, conforme especificação, constante no Anexo II do edital de licitação.

5.1.2 - A empresa fornecedora deverá entregar o material, no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h de segunda a quinta-feira e das 07:30h às 13:00h na sexta-feira, no prazo máximo de 01 (um) dia, entenda-se por entrega transporte, descarregamento e acondicionamento do produto no interior da dependência da Secretaria Municipal de Educação.

5.2 - GARANTIA: Conforme Prescrito no Termo de Referência - anexo I do Edital, a empresa fornecedora deverá prestar garantia mínima pelo período de 05 (cinco) anos dos produtos, sem qualquer ônus para a contratante. O prazo de garantia terá início após o atesto da nota fiscal dos produtos.

6 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1 - Os materiais registrados serão recebidos pela Comissão de Recebimento, designada pela Secretaria Municipal de Educação para conferir e certificar o recebimento dos materiais, nos termos do inciso XIII, itens, do Decreto n. 945/GAB/PMJP/2013;

6.2 - Não será admitida a entrega dos materiais pela DETENTORA sem que esta esteja de posse da respectiva Nota de Empenho;

6.3 - Os materiais serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação da conformidade do produto com a quantidade, especificação e preço, comparando-se os dados descritos na Nota de Empenho com a Nota Fiscal e amostras se for o caso (não superior a 90 dias);

6.3.1 - A aceitação definitiva dar-se-á, quando a Nota Fiscal for atestada por servidor/comissão devidamente credenciada e liberado canhoto de recebimento.

7 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - Até o valor estipulado no inciso II do artigo 24 da Lei 8666/93, o prazo de pagamento será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos;

7.2 - Acima do valor estipulado no inciso II do artigo 24 da Lei 8666/93, o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do definitivo recebimento dos produtos, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento;

7.2.1 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o curso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

08 - DAS MULTAS:

8.1 - Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

8.1.1 - Pela recusa em retirar a ordem de fornecimento e a nota de empenho, bem como assinar o contrato de fornecimento (quando exigível), multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

8.1.2 - Pelo atraso de cada fornecimento, sem justificativa aceita pela Unidade, multa diária de 0,5 (meio ponto percentual) sobre o valor da parcela em atraso. A partir do 15º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

8.1.3 - Pela inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

8.1.4 - Pela inexecução total de ajuste, caracterizada pela não entrega integral do material ou entrega integral em desacordo com as especificações exigidas, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato (quando for o caso);

8.1.5 - Pelo descumprimento de quaisquer outras exigências estabelecidas nesta Ata e no Anexo I do Edital (Termo de Referência), não previstas nas cláusulas anteriores, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor do contrato;

8.1.6 - Pelo cancelamento da presente Ata de Registro de Preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste;

8.2 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

8.3 - O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenas, sendo possível, a critério da CONTRATANTE, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à CONTRATADA. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

8.3.1 - O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a CONTRATADA ao processo judicial de execução.

9 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - PRAZO DE VIGÊNCIA: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

10 - DA PUBLICAÇÃO:

10.1 - A Ata de Registro de Preços nº. 030/SRP/CGM/2.015, deverá ser publicada no Diário Oficial do Município, conforme dispõe o art. 21, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

11 - DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLEMENTO E DO CANCELAMEN-

TO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 - Pela Administração Pública, quando:

A Detentora de o Registro deixar de cumprir as exigências do Edital; A Detentora de o Registro não atender à convocação para assinar a ATA decorrente de Registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração; A Detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas nesta Ata; A Detentora de o Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita; Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Detentora do Registro, devidamente caracterizada em relatório de inspeção; Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Registro de Preços; Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticado no mercado e a detentora se recusarem a baixá-los na forma prevista no ato convocatório; Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

11.1.2 - Pela Detentora do Registro, quando:

Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Edital que gerou a Ata de Registro de Preços;

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovantes dos fatos ocorridos ou evidenciados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, assegurada defesa prévia da DETENTORA do registro, nos termos da Lei nº 8666/93.

12 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, pela Administração, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a detentora:

12.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;

12.1.2 - Não aceitar reduzir o(s) seu(s) preço(s) registrado(s) na hipótese de tornar (em)-se superior (es) ao(s) praticado(s) no mercado.

12.2 - A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

12.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

12.3.1 - Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4 - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos Contratos em geral, com as consequências daí advindas.

13 - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES "CARONA".

13.1 - Esta Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do Município, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos do art. 9º do Decreto Municipal nº 3522/14;

13.2 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder por órgão não participante ou "carona" a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata de Registro de Preços e os órgãos participantes;

13.3 - Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem; 13.4 - Caberá à detentora da ata, observadas as condições estabelecidas em lei, aceitar o fornecimento, sem prejuízo do atendimento dos quantitativos inicial e aumento de até 25% do quantitativo total estimado, aceitando o acréscimo.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2 - Fica a Detentora ciente na assinatura desta Ata e/ou Termo de Anuência e Compromisso de Fornecimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes, disponíveis na página oficial do Município.

14.3 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto 3522/14, Lei Federal 8666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.4 - Faz parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo "Quadro demonstrativo para subsídio da ata de registro de preços" e o "Termo de Anuência e Compromisso de Fornecimento", quando este for o caso.

Fica eleito o foro do Município de Ji-Paraná para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinada pelas partes em (02) duas vias de igual teor, composta de 11 (onze) páginas, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Sônia Regina da Silva
Cad. 11594

Marília Pires de Oliveira
Coordenadora de Atas
Dec. 1549/GAB/PMJP/2013

Elias Caetano Da Silva
Controlador Geral do Município
Dec. 18/GAB/PMJP/2013

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO: QUADRO DEMONSTRATIVO PARA SUBSÍDIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/SRP/CGM/2015 - DE 08/06/2015, ELABORADA COM BASE RESULTADO POR FORNECEDOR DO PREGÃO ELETRÔNICO 078/CPL/PM/2015, PÁGINA 117.

Table with 5 columns: Item, Descrição, Unidade de Fornecimento, Quantidade, Valor Unitário, Valor Global. Contains items 1-9 for PNEU VEICULO AUTOMOTIVO and CAMARA AR PNEU.

Table with 5 columns: Item, Descrição, Unidade de Fornecimento, Quantidade, Valor Unitário, Valor Global. Contains items 1-9 for PNEU VEICULO AUTOMOTIVO and CAMARA AR PNEU.

TERMO DE ANUÊNCIA E COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

FOX PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.983.300/0005-50, situada na Av. Transcontinental, 2444, Casa Preta - Ji-Paraná/RO, neste ato representada pela Sra. Daniele Chaga Machado, brasileira, solteira, Gerente, portadora do RG 467377 SSP/AC e CPF 002.629.212-27, residente e domiciliada na Av. Guaporé, 6035, Bairro Rio Madeira - Porto Velho/RO, fone: (69) 3421-2711 e-mail: licitacao@redefox.com.br.

FOX PNEUS LTDA, CNPJ nº 03.983.300/0005-50

TERMO DE ANUÊNCIA E COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

JAPURÁ PENUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.214.987/0007-93, situada na Rua Raimundo Cantuária, 3511, Bairro Nova Porto Velho - Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Gomes Barbosa, brasileiro, solteiro, portador do RG 453.348 SSP/RO e CPF 421.869.602-06, residente e domiciliado na Rua Sol, 302, Bairro Areal da Floresta - Porto Velho/RO, fone: (69) 8114-0781 e-mail: eduardogomes@japura.com.br.

Ji-Paraná, 08 de Junho de 2015.

JAPURÁ PENUS LTDA, CNPJ nº 04.214.987/0007-93

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TROCA DE MARCA (FABRICANTE)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2.014 - CGM DE 07/10/2.014, ELABORADO COM BASE NO ELETRONICO Nº 0142/2014 (SRP) - RESULTADO POR FORNECEDOR, PÁGINAS 1244/1371

- REFERÊNCIA:
• PROCESSO Nº. 1-14497/2014
• OBJETO: MATERIAL HOSPITALAR
• EMPRESA: MBR FERNANDES - ME

Table with 6 columns: Item, Descrição, Unidade de Fornecimento, Quantidade, Valor Unitário, Valor Global. Contains items 35-157 for BOLSA OSTOMIA, FIO PLASTICO, and FIO PLASTICO.

Ji-Paraná, 09 de Junho de 2015.

Elias Caetano da Silva
Controlador Geral do Município
Dec. nº 018/GAB/PM/2013

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ERRATA
CANCELAMENTO DE ITENS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2.014 - CGM DE 06/11/2014, ELABORADO COM BASE NO PREGÃO ELETRONICO Nº 0224/2014 (SRP) - RESULTADO POR FORNECEDOR, PÁGINAS 176

Table with 4 columns: Item, Descrição, Quantidade, Valor Global. Contains items 4 and 3 for PEÇAS / ACESSÓRIOS CAMINHÃO.

Considerando o equívoco na elaboração do CANCELAMENTO DE ITEM da Ata de Registro de Preços nº 064/CGM/2014, referente ao ano;

ONDE SE LÊ:
Ji-Paraná/RO, 03 de fevereiro de 2014,
LEIA-SE:
Ji-Paraná/RO, 03 de fevereiro de 2015.

Ji-Paraná/RO, 09 de junho de 2015

Elias Caetano da Silva
Controlador Geral do Município
Dec. nº 018/GAB/PM/2013

Sangue é vida!
PARA DOAR, É PRECISO:
Ter mais de 18 e menos de 60 anos;
Peso superior a 50 Kg;
Se homem, deve ter doado há mais de 60 dias;
Se mulher deve ter doado há mais de 90 dias, não estar grávida, não estar amamentando, já terem se passado pelo menos 3 meses de parto ou aborto;
Se você não teve malária ou esteve em região de malária nos últimos 6 meses;
Se você não tem tatuagens recentes (menos de 1 ano);
Se você não ingerir bebidas alcoólicas nas 24h que antecedem a doação;
Doe sangue você também!

Diário Oficial DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
O DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 1070, de 02/07/2001, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
Coordenação: Secretaria Municipal de Administração
Realização: Assessoria de Comunicação Social
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25
End. Av. Dois de Abril, 1701 (Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: decom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br
Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues ao Decom - Departamento de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas do dia anterior.

Jesuado Pires
Prefeito

Marcito Pinto
Vice-Prefeito

Pedro Cabeça Sobrinho
Secretário Municipal de Planejamento

José Antônio Cisonetti
Chefe de Gabinete

Leni Matias
Procuradoria Geral do Município

Elias Caetano da Silva
Controladoria Geral do Município

Jair Eugênio Marinho
Secretaria Municipal de Administração

Evandro Cordeiro Muniz
Fundo Municipal de Previdência

Renato Antônio Fuverki
Secretaria Municipal de Saúde

Waldeci José Gonçalves
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Leni Matias
Sec. Mun. de Regularização Fundiária e Habitação

Luiz Fernandes Ribas Motta
Secretaria Municipal de Fazenda

Kátia Regina Casula
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Cláudia Regina Abreu
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Leiva Custódio Pereira
Secretaria Municipal de Educação

Carlos Magno Ramos
Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos

Seloi Totti
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo

Tenente Coronel Marion Disne da Silva Mello
Empresa Municipal de Transporte Urbanos

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Maria Sônia Grande Reigota Ferreira
Secretaria Municipal de Assistência Social

Arislândio Borges Saraiva
Secretaria Municipal de Governo

Relvanir Celso de Campos
Assessoria de Comunicação Social